

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS: DO SENTIDO DEMOCRÁTICO AO GERENCIALISTA

Cristiane Ferrari Canez Machado<sup>1</sup> & Tânia Regina Krüger<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a perspectiva gerencialista que envolve a participação nas políticas sociais, partindo do entendimento da lógica da mercadorização. Para tal reflexão, o trabalho traz ainda como importantes indicações, os elementos que levaram ao distanciamento da participação que tem como base os referenciais democrático-populares que estão presentes na Carta Constitucional de 1988. Além disso, para um entendimento mais aprofundado acerca do tema, partiremos, com base em uma perspectiva crítica, do debate sobre o processo sócio-histórico que envolve a luta de classes e sua relação intrínseca com o tema da participação nas políticas sociais.

**Palavras-chave:** Participação. Políticas Sociais. Luta de classes. Democracia. Conselhos.

### ABSTRACT

This work aims to reflect on the managerial perspective that involves participation in social policies, starting from the understanding of the logic of commodification. For such a reflection, the work also brings as important indications, the elements that led to the distancing of participation that is based on the democratic-popular references that are present in the Constitutional Charter of 1988. we will depart, based on a critical perspective, from the debate on the socio-historical process that involves the class struggle and its intrinsic relationship with the theme of participation in social policies.

**Keywords:** Participation. Social politics. Class struggle. Democracy.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Doutoranda em Serviço Social pela UFSC, cristianecanez@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Doutora em Serviço Social, tania.kruger@ufsc.br

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



## 1. INTRODUÇÃO

A participação nas políticas sociais passa a se constituir como um direito legal a partir da Carta Constitucional de 1998. Desde então, a sociedade tem a possibilidade de integrar o processo de formulação, deliberação, controle e análise dessas políticas nas três esferas de governo. Essas práticas participativas em colegiados institucionalizados e deliberativos emergiram como uma combinação de interesses ideológicos e programáticos, vinculados a bases políticas dos movimentos sociais, de sindicatos e sustentando compromisso com as políticas públicas redistributivas e a democratização do Estado.

Entretanto, o tema da participação é envolto por um processo sócio-histórico que não é isento de contradições, além de ter relação intrínseca com a luta de classes. Apesar de nos dias atuais a participação se sustentar em um arcabouço legal vasto em termos de direitos a legislação de fato contribui na implementação e efetivação de direitos sociais e políticos, mas infelizmente não muda a realidade como um todo, fazendo com que prevaleça um patamar de democracia minimalista.

Além disso, a participação tem assumido um caráter mais amplo, apresentando através de instituições, práticas que apresentam um sentido de parceria, colaboração e execução de serviços, o que fragiliza o caráter propositivo e deliberativo dos espaços institucionalizados. Dessa forma, priorizam pautas e discussões setorializadas com demandas individuais, locais e nem sempre públicas e coletivas, fazendo predominar o caráter de parceria em substituição do direito social a serviços públicos universais, com gestão, execução e financiamento estatal, tornando esses colegiados mais burocráticos, especialmente nas pautas que disputam a direção política e econômica das políticas sociais estatais.

A partir desses pressupostos, esse texto pretende problematizar a participação com sentido gerencialista, com um debate orientado a partir da perspectiva crítica da realidade social. Para tal reflexão, está estruturado em dois momentos: primeiramente discute acerca da participação nas políticas sociais, em especial nos espaços institucionalizados, tendo como base para a discussão desse

### PROMOÇÃO



### APOIO





tema questões que envolvem a luta de classes. Na sequência, faz uma abordagem sobre a perspectiva gerencialista de participação.

## 2. LUTA DE CLASSES E O TEMA DA PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Compreender o tema que perpassa a participação nas políticas sociais nos permite remeter ao debate sobre o movimento real e concreto das forças sociais presentes na sociedade. A partir dessa perspectiva, entendemos que assim como o sistema capitalista, a participação também está envolta em uma historicidade. A dialética materialista permite analisar esse movimento da sociedade, principalmente porque os fenômenos que estamos vivendo hoje estão atrelados a nossa história.

Para estabelecer um debate acerca desse tema, partiremos primeiramente do entendimento sobre o conceito de classes sociais.

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista. (MARX, 2017, p.1162).

As classes sociais são conceitos históricos entendidos em suas formações sociais, sendo o Estado o organizador do processo de dominação de classes. Para Marx (2017) uma classe social tem relação intrínseca com a fonte salarial, ou seja, com o rendimento. O autor agrupa essas classes conforme a relação que as mesmas estabelecem com suas respectivas rendas: assalariados, capitalistas e proprietários da terra. Essas classes citadas vivem respectivamente das seguintes fontes: salário (derivado da força de trabalho), lucro (capital/propriedade dos meios de produção) e renda da terra (propriedade fundiária).

Fernandes (2008, p.66) destaca que as classes sociais representam “um grupo social, sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações sociais comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política e formas de consciência peculiares, etc”. Conforme o autor, elas seus interesses vinculados às condições estruturais e

### PROMOÇÃO



### APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

funcionais da ordem econômica, sendo assim garantidas não só a continuidade, como também a posição que ocupam. A situação dessas classes é também definida pela sua homogeneização, assegurada por essa ordem econômica. Com isso, “todos os possuidores de bens no sistema econômico caracterizado, possuem idênticos interesses de classe e a mesma situação de classe” Já os não possuidores são distribuídos em categorias distintas, sendo que uma parte acaba não desenvolvendo seu interesse de classe e a outra, “através das formas capitalistas de produção e de organização do mercado valorizam-se econômica e socialmente pela força de trabalho como mercadoria”. (FERNANDES, 2008, p.66).

De acordo com Osório (2019), as classes sociais se constituem em grupos que se diferenciam devido a seu lugar no sistema de produção, que é historicamente determinado. Essa diferenciação ocorre não só pela sua organização do trabalho, mas também na sua relação com os meios de produção e a riqueza social. O surgimento de determinada classe supõe ainda uma dupla relação: dominação e exploração.

A história das sociedades de classes é a história de grandes conglomerados humanos que se organizam em torno da dupla polarização entre exploradores - explorados e dominadores - dominados. Toda e qualquer classe, fração ou setor social ao qual os sujeitos sociais pertençam, em última instância se encontram organizados por essa dupla polarização que atravessa a estrutura societária classista. (OSÓRIO, 2019, p.117).

A sociedade é formada por diversas classes sociais, que são perpassadas por inúmeras determinações, ou seja, são classes em si. Entretanto, a partir do momento em que esses grupos reconhecem seu lugar na sociedade e qual a sua posição, seus interesses e antagonismos, “se fazem classes sociais que são agora classes para si”. (OSÓRIO, 2019, p.132). Em suma, “como classe para si, as classes sociais estão em melhor posição para entender e levar adiante a luta de classes” (OSÓRIO, 2019, p.132), ou seja, a partir do momento em que essas classes expressam diferentes interesses, ocorre uma tomada de consciência e também passam a ocorrer diferentes tipos de conflitos entre as mesmas.

Num sentido forte denominamos de luta de classes aqueles enfrentamentos entre classes antagonicas, que expressam projetos de organização da vida

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

em comum radicalmente enfrentados, de modo que o triunfo de uma classe implica a negação dos interesses de classes contrários. Nas sociedades capitalistas as classes sociais que expressam esse antagonismo central são a burguesia e o proletariado. (OSÓRIO, 2019, p.132).

Diante desses argumentos sobre classes sociais, destacamos que compreender o processo que envolve a participação nas políticas sociais também permite estabelecer conexão direta com a luta dessas classes, já que “a história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes (opressoras e oprimidas), antagonismos que se tem revestido de formas diferentes, nas diferentes épocas”. (MARX; ENGELS, 2010, p.57). Além disso, “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX; ENGELS, 2010, p.56).

Em uma leitura a partir de uma perspectiva crítica, ressaltamos que toda luta de classes e os componentes que a atravessam, também se constituem em uma luta política. Entretanto, “para oprimir uma classe é preciso garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência servil”. (MARX; ENGELS, 2010, p.50).

Qualquer que tenha sido a forma assumida, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fator comum a todos os séculos anteriores. Portanto, não é de espantar que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda sua variedade e diversidade, tenha se movido sempre sob certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente como o desaparecimento total dos antagonismos de classe. (MARX; ENGELS, 2010, p.57).

Na leitura clássica acerca da luta de classes presente no Manifesto Comunista, Marx e Engels (2010, p.22), entendem que a democracia e o comunismo<sup>3</sup> se diferenciam entre si e que só é possível passar para uma sociedade comunista através da supressão da propriedade privada e da socialização dos meios de produção. Dessa forma, para os autores a democracia tem como consequência inevitável o domínio político pelo proletariado. Assim:

<sup>3</sup> Para Marx e Engels (2010, p.51), os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona os demais. O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os autores não desprezam o sufrágio universal sob domínio burguês ou a luta por aumento salarial e a redução da jornada de trabalho. Entretanto, defendem “o caráter revolucionário dessa luta, a qual, por modestas que fossem as suas reivindicações iniciais, conduzia necessariamente a um enfrentamento decisivo entre a burguesia e o proletariado”. (MARX; ENGELS, 2010, p.23).

Uma vez que o proletariado se vê obrigado a viver sob as condições do capitalismo e que as realidades objetivas e contraditórias do ser capitalista incidem continuamente sobre a sua consciência, contribuindo para formá-la (embora de forma diversa do que faz com a consciência da burguesia e das outras classes), a superação da reificação na consciência do proletariado não é produto de um evento único. Ao contrário, realiza-se mediante uma luta permanente contra a ideologia burguesa dominante, luta marcada por incontáveis retrocessos e trágicos desvios, que afetam tanto os indivíduos quanto a classe em seu conjunto. (KOFFLER, 2010, p.178).

A partir da conceituação dessa lógica de organização política das classes sociais, entendemos que a sociedade tem a possibilidade de participar do processo de gestão das políticas sociais. O reconhecimento da participação popular que ocorreu por meio de movimentos sociais, revoltas, protestos, sindicatos e de partidos de esquerda, com pautas contra a escravidão, a favor da abolição, as lutas por terra e território, por direitos civis, políticos e sociais, historicamente desconstruem a tese de que o país é uma sociedade amorfa. (IANNI, 1984). A partir desses pressupostos, compreendemos que foi no acúmulo de lutas políticas-organizativas dos trabalhadores que o direito a participação foi reconhecido, passando a representar uma modernização política que pode se vincular a democracia popular, passando a constituir-se como um direito, representando uma garantia constitucional na qual a sociedade integra o processo de formulação e controle das políticas sociais.

A participação representa uma possibilidade de intervenção da sociedade nas decisões governamentais de modo a exercer influência sobre estas decisões. Entretanto, essa participação, que não é isenta de contradições. Participar é um processo que envolve a socialização da política, a universalidade do acesso a bens e serviços e a garantia de direitos. Entendemos ser fundamental que a gestão

PROMOÇÃO



APOIO





democrática e a participação política direcionem suas pautas aos princípios da radicalização da democracia, da socialização da riqueza e do poder político e a universalidade do acesso aos bens e serviços públicos estatais. (MACHADO; KRUGER, 2019).

Na Constituinte, com a regulamentação dos direitos sociais, o princípio da participação, passou a se concretizar por meio de conselhos e conferências de nas três esferas de governo, com caráter paritário e deliberativo, com atuação na elaboração, deliberação, avaliação e fiscalização das políticas sociais nas três esferas de governo, tendo como base a descentralização político-administrativa. Estes colegiados participativos são considerados nos debates políticos e na literatura da área como expressão do nosso avanço democrático, tendo em vista o fato de contribuírem para o debate e análise das respectivas políticas.

Entretanto, esses espaços também são perpassados por contradições e disputas de interesses, já que podem se constituir em espaços de legitimação do poder dominante em detrimento da representação dos interesses coletivos, com decisões que emperram no burocratismo. Apesar de se identificarem enquanto “espaços de alargamento das fronteiras tradicionais do Estado para segmentos antes excluídos de qualquer participação no espaço de decisão das políticas sociais, também se verifica que os mesmos estão reproduzindo elementos tradicionais de nossa cultura política”. (MACHADO; KRUGER, 2019, p.464).

### 3. DA FRAGILIZAÇÃO DE UMA PARTICIPAÇÃO COM SENTIDO DEMOCRÁTICO PARA A EMERGÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO COM SENTIDO GERENCIALISTA

No debate sobre a participação nas políticas sociais, as experiências participativas nos colegiados institucionalizados emergiram como uma combinação de interesses ideológicos e programáticos, vinculados a bases políticas dos movimentos sociais, de sindicatos e sustentando compromisso com as políticas públicas redistributivas e a democratização do Estado. Entretanto, apesar de a

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Constituinte expressar esse sentido democrático, o que temos presenciado no campo da participação é que a mesma tem assumido cada vez mais um sentido gerencial-instrumental. Essa modalidade de participação traz consigo uma ideia de troca e parceria entre governantes e governados.

O caráter que a participação tem assumido passa a ser reduzido a um sentido gerencialista, que tem como pressupostos que o Estado deve ter seu papel reduzido, com uma ampliação de parcerias, já que dessa forma se abre a possibilidade para que ocorra o aprofundamento da democracia e da cidadania. Temos assim, o planejamento substituído pelo empreendedorismo, a lentidão pela velocidade com uma participação embasada em demandas. Essa parceria ocorre entre o “setor público, com o setor privado e o chamado setor social (filantrópicos e as organizações da sociedade civil)”. Com isso, o administrador público tem a possibilidade e “condições efetivas de gerenciar com eficiência às agências públicas, tendo o controle dos resultados”. (MACHADO, KRÜGER, 2019, p.470).

Essa nova modalidade que envolve a participação, tem se expressado através do que podemos denominar como inovações democráticas. Até então, ainda que cercada de diversos arcabouços contraditórios, a participação mantinha enquanto um de seus eixos principais a orientação democrática. Contudo, essa modalidade traz consigo a ideia de troca e parceria entre governantes e governados, o que tem tornando os colegiados mais burocráticos, fragilizando seu caráter propositivo e deliberativo. “Seja pelo lado da gestão do serviço ou pelos colegiados de participação nas políticas sociais, essa publicização dos serviços estatais vem sendo denominada por inovações participativas ou inovações democráticas” (MACHADO; KRÜGER, 2022, p. 32).

Nesse contexto de reconfiguração do Estado e das instituições prestadoras de serviços públicos, os colegiados de participação social não passam ao largo. Como exemplo, serviços de assistência social, educação ou saúde que começam a ser geridos por essas organizações, passam a ter fórum próprio de controle social, seu plano de trabalho e prestações de contas já não se submetem aos conselhos municipais ou estaduais das respectivas políticas sociais, bem como as diretrizes nacionais de cada uma dessas políticas e serviços não constam em seus contratos com o Estado. (MACHADO; KRÜGER, 2022, p.32).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



A participação institucional passa assim a integrar um campo alargado, abrangendo articulações intra e intersetoriais, extrapolando a participação institucionalizada e ampliando arenas de interlocução, incluindo outras modalidades de participação. Essa questão acaba fragilizando o caráter propositivo e deliberativo que engloba a participação, passando a priorizar pautas e discussões setorializadas com demandas individuais, locais, direcionadas e não coletivas, fazendo com que o caráter de pactuação, consenso e justiça social acabem sendo substituídos.

No entendimento de Pereira (2020), essa perspectiva gerencialista que envolve as políticas sociais é definida como uma moral egoísta, formada por um “conjunto de princípios e normas de ações que têm raízes no pensamento político liberal”. Além disso, essa “noção de individualismo possessivo deriva da concepção de que todo indivíduo é portador de qualidade possessiva de ser” (PEREIRA, 2020, p.89), ou seja, o fato de ser proprietário de si mesmo faz com que não tenha nenhum compromisso/dever com a sociedade. Essa moral egoísta trava um processo regressivo do status de cidadania das políticas sociais e contrapõe-se a ordem social-democrata dessas políticas representando um “contraponto regulador do livre funcionamento do mercado, típico da subordem neoliberal clássica”. (PEREIRA, 2020, p.96).

Serviços que são considerados como direitos sociais públicos e garantidos legalmente, passam a ingressar no que pode ser chamado de processo de valorização, ou seja, direitos passam a se transformar em mercadorias, com a privatização ou até mesmo a extinção desses serviços públicos. Esse processo contribui para que os direitos ingressem no mercado, assim como as demais mercadorias para satisfazer as necessidades humanas, que acabam por ser homogêneas pelo capitalismo. “Por isso que as privatizações, as contrarreformas nas políticas sociais, são fenômenos de um mesmo processo socioeconômico que demonstra a crise generalizada e duradoura da produção e da reprodução social capitalista”. (LARA, MARANHÃO, 2019, p.56).

PROMOÇÃO



APOIO



Nessa mesma linha de análise, destacamos também que o capitalismo produz uma série de tendências<sup>4</sup> antagônicas, que também são responsáveis por transformar os direitos em mercadorias, fazendo com que esses direitos ingressem na lógica privada. Dessa forma o capitalismo mantém sua reprodução e transforma os serviços públicos em serviços privados, gerando mais valia, sendo o mercado responsável por sua gestão.

Além disso, temos presenciado uma série de contrarreformas<sup>5</sup> que retiraram direitos das classes menos favorecidas, combinando formas de efetivar essas tendências antagônicas, para afirmar o capital. Toda essa retirada de direitos representa um massacre da classe trabalhadora, sendo o Estado seu mediador. Com isso, destacamos que o Estado neoliberal atua no gerenciamento e na reprodução ampliada do capital, intermediando essas reformas e também as privatizações, para a plena ampliação da reprodução capitalista.

Muitos desafios têm sido colocados no campo das políticas sociais e da participação democrática, principalmente porque as mais diversas expressões da questão social que derivam da “exploração do trabalho e apropriação privada da riqueza socialmente produzida” (LARA, MARANHÃO, 2019, p.39), tem se manifestado com cada vez mais vigor, acentuando as desigualdades socioeconômicas. Esse “novo padrão de desenvolvimento capitalista está ampliando e aprofundando as desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes” (FERNANDES, 2005, p.324), expandindo a distância entre as classes. Além disso, na sociedade capitalista as ações de cunho econômico, social e político tendem a ser afetadas pela desigualdade de classes.

Nesse sentido, concordamos com Coutinho (2008) no sentido de que a ampliação da cidadania se choca com a lógica capitalista e que a contradição entre

<sup>4</sup> Conforme mencionado no Livro III de “O Capital”, a tendência do capital é sempre a de produzir mais valor em um menor período de tempo. (MARX, 2017).

<sup>5</sup> Entre algumas dessas contrarreformas, podemos apontar a Reforma Trabalhista (2017), a Reforma da Previdência (2019) e a Emenda Constitucional nº 95. No campo da participação democrática, tivemos a promulgação do Decreto nº 9759 de 2019, que extinguiu e estabeleceu uma série de limitações para os colegiados da administração pública. Felizmente, ao assumir o governo em 2023, o presidente Lula revogou esse Decreto.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

uma cidadania plena e o capitalismo, resulta de outra contradição: entre cidadania e classe social, tendo em vista que a divisão da sociedade em diferentes classes sociais se coloca como um limite à afirmação da democracia.

A universalização da cidadania é, em última instância, incompatível com a existência de uma sociedade de classes. Ou, em outras palavras, a divisão da sociedade em classes constitui limite intransponível à afirmação consequente da democracia. (COUTINHO, 2008, p.69).

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto trouxe o debate sobre a perspectiva gerencialista de participação a partir de uma perspectiva crítica. Para tal reflexão, partiu da premissa do debate sobre o processo sócio-histórico e a contradição que envolve a luta de classes e dos elementos sobre a participação nas instâncias institucionais. Por fim, trouxe a emergência da participação com sentido gerencial-instrumental.

Entendemos que esse direito a participação nas políticas sociais, especialmente nos espaços institucionalizados, não é meramente simbólico e sim implica soberania popular, dar voz ao povo, para decidir diretamente sobre questões socioeconômicas, além de controlar a ação de agentes públicos. Entretanto, o que temos presenciado cada vez mais é o esvaziamento da participação com sentido democrático-popular, com o alargamento da perspectiva gerencialista. Isso faz com que o exercício da participação perca seu caráter deliberativo, colocando em risco seus fundamentos democrático-populares constitucionais e evidenciando as tendências antagônicas do capital. Com isso, se reduz o papel do Estado na ampliação e garantia de direitos, passando a se priorizar demandas individuais e não coletivas, que resulta em uma desigualdade ainda maior entre as diferentes classes sociais.

Pelas questões apontadas, defendemos a necessidade da luta pela ampliação e pela garantia dos direitos sociais, além do aprimoramento do debate democrático em defesa da participação social e das formas participativas. Entretanto, ressaltamos que esse tema ainda precisa de reflexões e de estudos analíticos mais aprofundados.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 5. REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. *Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. rev. e atual: Cortez, 2008.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Prefácio José de Souza Martins. 5. Ed. São Paulo: Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

IANNI, O. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis, Vozes, 1984.

KOFLER, L. *História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista – tradução José Paulo Netto*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. (Pensamento Crítico, 14).

LARA, R.; MARANHÃO, C. H. Fundamentos do trabalho, questão social e Serviço Social. In: *Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital/ Edivânia A. de Souza, Maria Liduína de Oliveira e Silva (org)*. São Paulo: Cortez, 2019.

MACHADO, C. F. C.; KRUGER, T. R. O sentido da participação para o assistente social representante do gestor nos Conselhos de Assistência Social. *Revista Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 463-482, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/34417>. Acesso em: 17 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Dimensão da participação institucional e o transformismo da participação com sentido democrático-popular. **Sociedade Em Debate**, 28(3), 2022, 24-37. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3083> . Acesso em 13 fev. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista; organização e introdução Osvaldo Coggiol*. 1. Ed. revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. Cap. XIV – Causas contra-arrestantes. In: *O Capital: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017(b).

OSÓRIO, J. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PEREIRA, P. A. P. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. In: *Ascensão da nova direita e o colapso*

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



*da soberania política: transfigurações da política social.* 1. ed. – São Paulo: Cortez: Politiza, 2020.

## PROMOÇÃO



## APOIO

